

# O que muda no pacote da dívida

por Cláudia Safatle  
de Brasília

(Continuação da 1ª página)

"spreads" negociados pela atual gestão econômica não avançam em relação ao "modelo mexicano". Pelo contrário, a taxa média deverá ficar ligeiramente superior ao 1,125% obtido pelo México, já que os termos básicos firmados pelo comitê assessor indicam que os débitos do setor privado serão rolados com uma taxa de risco de 1,250% e os do setor público, de 1,125%, resultando numa taxa média ao redor de 1,625%.

Não se pensa em solicitar dinheiro novo para este ano. Esta decisão do governo brasileiro não invalida a possibilidade de "new money" nos demais anos do acordo plurianual e traz implícita a esperança de os bancos internacionais voltarem a operar com empréstimos voluntários com o Brasil. "Há sinais de que, com um bom programa de ajustamento, os bancos voltem a emprestar", anunciou uma fonte qualificada do governo que esteve em Washington e em Nova York nesta primeira visita oficial do ministro da Fazenda.

Também causou surpresa para os funcionários brasileiros a receptividade do Fundo à mudança do acordo "extended fund facility" para o "stand-by" de dezoito meses. Quando esta alternativa, aventada pelo ministro da Fazenda, foi discutida com o representante do Brasil no FMI, Alexandre Kafka, em março último, Kafka alertou-o para os riscos de tal solicitação ser mal-entendida pelos bancos, à medida que implicava apagar todos os compromissos anteriores. Mas o FMI foi acessível e não colocou obstáculos a esse novo instrumento de aval.

## MONITORAMENTO

Entre outros pontos que o governo reabriu na negociação junto aos bancos internacionais credores do País, dois são considerados da maior importância: a questão do monitoramento do Fundo até o ano 2000 e o "relending" (reemprestimo) dos recursos dos projetos 1 e 2 das fases 1 e 2 de renegociação. "Este esquema do 'relending' constitui um ponto que consideramos não tranquilo", adian-

GANHAR  
MUNDO

tou a fonte oficial, "pois os bancos desejam o máximo de flexibilidade e o governo quer maior disciplina por causa dos impactos que esses recursos trazem à política monetária", argumentou.

Na conversa com os técnicos brasileiros, o Fundo mostrou-se preocupado com o controle de preços. Dornelles explicou sua estimativa de 200% de inflação para o final do ano, o que significaria uma taxa anualizada de 150%, se calculada com os índices mensais dos últimos três meses, e garantiu que o controle de preços é um instrumento temporário.

# O que muda no pacote da dívida

Ex

por Cláudia Safatle  
de Brasília

A nova carta de intenção do Brasil ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a primeira do acordo "stand-by", somente será aprovada pela instituição em final de agosto ou início de setembro. Até lá as contas externas do País estarão sob o regime de prorrogação dos termos da Fase II ("standstill").

O programa de renegociação plurianual da dívida externa brasileira, porém, será montado nesse período e somente entrará em vigor após a aprovação da carta de intenção brasileira pelo "board" do FMI, no segundo semestre. Esse pacote, em parte negociado pelo governo anterior, já apresenta, de todo modo, alguns ingredientes novos.

O montante a ser reescalonado até o ano 2000 não atinge mais US\$ 45,3 bilhões, como previa a gestão anterior. Os bancos credores não concordam em incluir no pacote plurianual algumas operações, como as de "lease-back", deixando de fora a rolagem de US\$ 400 milhões contraídos pelo Projeto Tubarão, entre outras operações. O valor final deve ficar pouco superior a US\$ 40 bilhões, reescalados por dezenas de anos.

Também junto aos bancos credores internacionais, o governo brasileiro está propondo a eliminação gradual do Projeto 4 — de linhas interbancárias —, transferindo os recursos que transitavam nesse projeto para o Projeto 3, de linhas comerciais. Ou seja, o interbancário seria saldado e, em contrapartida, os bancos subscreveriam as "trade facilities".

Em princípio, os

(Continua na página 14)